

Desafios de idosos no enfrentamento de um desastre: considerações sociológicas e gerontológicas¹

Aline Silveira Viana²

Norma Valencio³

Resumo

Objetiva-se analisar, na interface da sociologia e da gerontologia, dimensões objetivas e simbólicas de afetação de idosos e seus familiares em contexto de desastre bem como as estratégias de enfrentamento adotadas. Empregou-se uma abordagem qualitativa de pesquisa social integrando a revisão bibliográfica, documental e entrevistas. A pesquisa de campo focalizou idosos moradores no município de Teresópolis/RJ e, dentre outros aspectos, fez uma contraposição dos principais elementos dos relatos dos entrevistados e aspectos dos discursos, respectivamente, oficiais e midiáticos. Os resultados evidenciam que a afetação social no desastre perdura num tempo social longo e tornam contínuas as estratégias individuais, interpessoais e coletivas de seu enfrentamento.

Palavras-chave

Idoso; Desastre; Enfrentamento; Teresópolis/RJ

Challenges of older people in coping with a disaster: sociological and gerontological considerations

Abstract

It aims to describe and analyze, in sociological and gerontological perspective, objective and symbolic dimensions of affectation among older people and their family members in disaster context, as well as coping strategies employed. It was used a qualitative approach to social research integrating literature review, documental review and interviews. The research field focused on elderly residents in the city of Teresópolis/RJ and, among others aspects, made a contrast between the main elements of the respondents' reports and aspects of the speeches, respectively, official and mediatic. The results evidence that social affectation in disaster lasts in a long social time and make continuous the individual, interpersonal and collective strategies of its coping.

Keywords

Elderly; Disaster; Coping; Teresópolis/RJ

Introdução

Os desastres relacionados a eventos hidrometeorológicos vêm se tornando algo recorrente em muitos municípios brasileiros. Trata-se, de modo ambíguo, de uma banalização daquilo que deveria, conceitualmente, ser visto como um fenômeno socioambiental não usual.

Na primeira gestão Lula (2003-2006), em média, 21,25% dos municípios do país haviam decretado emergências (situação de emergência ou estado de calamidade pública), sendo mais de 90% delas relacionadas aos eventos de secas/estiagens prolongadas ou chuvas intensas/prolongadas. Na segunda gestão Lula (2007-2010) essa representatividade dos municípios aumentou para 22,75% e na gestão Dilma ultrapassou os 30% (VALENCIO, 2014). Muitos casos são de repetição do desastre porque a localidade não teve a capacidade de adotar medidas preventivas e preparativas a contento. Isso significa que o Brasil vai caminhando para uma curva ascendente na qual os moradores de um terço dos municípios do país, anualmente, terão que enfrentar episódios nos quais, sob os diferentes aspectos – econômicos, sociais, simbólicos – e intensidades, perdas e danos coletivos serão experimentados. Dentre os subgrupos de moradores afetados nos desastres, merece destaque o dos idosos. Ressaltando que pessoa idosa é aquela situada na faixa etária de 60 anos ou mais, segundo o disposto no Estatuto do Idoso (EI).

Conforme aponta a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNP-DEC), em seu Art. 12º, inciso IV, é finalidade do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC) propor procedimentos para atendimento de grupos vulneráveis, dentre os quais, os idosos. Esse não é um grupo demográfico incipiente. Ao contrário, é expressivo, pois 12,1% da população brasileira atual é composta por idosos. No estado do Rio de Janeiro, onde alguns dos episódios recentes de desastres catastróficos ocorreram, o percentual de idosos sobre a população fluminense é de aproximadamente 13% (IBGE, 2010), o que aponta para várias indagações, dentre as quais, as seguintes: a) esse grupo etário tem sido afetado nos desastres recentes ocorridos em

sua localidade de moradia? b) se sim, como se manifesta a forma de afetação? c) quais as estratégias de enfrentamento adotadas pelo mesmo? d) o que se destaca em sua vocalização sobre os acontecimentos vivenciados?

A fim de fornecer elementos para responder a tais indagações, esse estudo teve por objetivo destacar alguns dos principais elementos que, numa interface entre os olhares da gerontologia e da sociologia, contribuem para o entendimento dos desafios experimentados por idosos no contexto de um desastre.

Para tanto, fez-se preliminarmente uma síntese dos aspectos que, para o objetivo supramencionado, foram considerados mais relevantes na literatura e nas fontes documentais. Dentre eles, destacamos a definição desse sujeito, sua evolução demográfica e os desafios da vida cotidiana no contexto brasileiro, além das orientações protetivas assinaladas nos documentos multilaterais e das políticas públicas recentes.

Em seguida, focalizou-se o caso do desastre havido no município de Teresópolis, localizado no estado do Rio de Janeiro. Embora deflagrado em janeiro do ano de 2011, quando da ocorrência, em escala regional, de inúmeros episódios simultâneos de escorregamentos de massa e de enchentes, os quais se associaram a uma precipitação pluviométrica incomum, esse desastre tem perdurado na vida cotidiana dos grupos sociais mais afetados – incluindo o subgrupo de idosos. Isso se deve à insuficiência das medidas de reabilitação e recuperação levadas a cabo pelo poder público. Por meio da pesquisa de campo, de base qualitativa, o estudo trouxe à tona a vocalização de idosos sobre o seu processo de sofrimento social relacionado a esse desastre. No referente ao campo, o estudo se pautou nas orientações éticas ensejadas pela Sociedade Brasileira de Sociologia. A técnica principal utilizada foi a da entrevista em profundidade. Foram abordados idosos de dois dos bairros teresopolitanos mais afetados no referido desastre, a saber, Caleme e Campo Grande.

Na entrevista, deu-se destaque a questões referentes às dimensões objetivas, simbólicas e interpessoais. Na afetação social e no enfrentamento dos idosos no contexto de desastre essas dimensões se entrelaçam. Para esse caso, são consideradas nas dimensões objetivas a perda de bens materiais de valor econômico e extra-econômico, de meios de sustento da vida, de entes queridos, entre outros. A dimensão simbólica, por sua vez, congrega elementos com significação tanto individuais quanto sociais, por onde são expressas as formas de representação da realidade do indivíduo ou de sua coletividade de pertença. Em outras palavras, é uma representação concreta de uma realidade abstrata e de seus elementos imateriais (BIROU, 1966). São considerados simbólicos, dessa forma, os aspectos subjetivos, emocionais, psíquicos, culturais, rituais e sociais envolvidos, como a

perda de referências identitárias e de trajetória. Por exemplo, a perda de bens que compunham a memória biográfica do informante, suscitando o seu sofrimento, incertezas quanto ao seu projeto existencial, o rompimento inesperado de vínculos afetivos, entre outros. Por fim, a dimensão interpessoal congrega elementos da rede de suporte social formal e informal do idoso e sua família também intimamente ligados ao que Bourdieu (1989) define como *habitus*.

Houve dois momentos de coleta de campo. Na primeira inserção, em janeiro de 2013, foram realizadas duas entrevistas, uma no bairro do Campo Grande e outra durante a manifestação coletiva, na Praça de Santa Tereza, em memória aos afetados após dois anos da deflagração do desastre. A segunda inserção deu-se em abril de 2014, nos bairros Caleme e Campo Grande, respectivamente. Nessa inserção, foram realizadas 12 entrevistas, uma delas por solicitação espontânea de uma idosa que, embora não residente nos dois bairros elencados, foi uma das afetadas no referido desastre, sendo o conteúdo de seu relato relevante para esse estudo.

Os locais percorridos pela entrevistadora (a primeira autora) nos bairros foram os mais afetados no desastre. O deslocamento até a localidade deu-se por meio do transporte público. Na maioria dos casos, os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente na rua, utilizando-se uma abordagem informal de aproximação e um método não diretivo para as entrevistas, para que os mesmos se sentissem à vontade para evocar as suas memórias sobre suas trajetórias no enodoar com as suas vivências do desastre. Essa abordagem foi escolhida tendo por base o posicionamento de Bosi (1993, p.283) de que “se a memória é, não passividade, mas forma organizada, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo e intelectual da sua experiência e da experiência do seu grupo [...]”. Quando houve o consentimento informal do entrevistado, fez-se a gravação das entrevistas; quando a entrevista foi consentida informalmente, mas não a gravação da mesma, fez-se apenas a observação direta, seguida de apontamento no diário de campo. As entrevistas tiveram duração de 25 min a 02h35min.

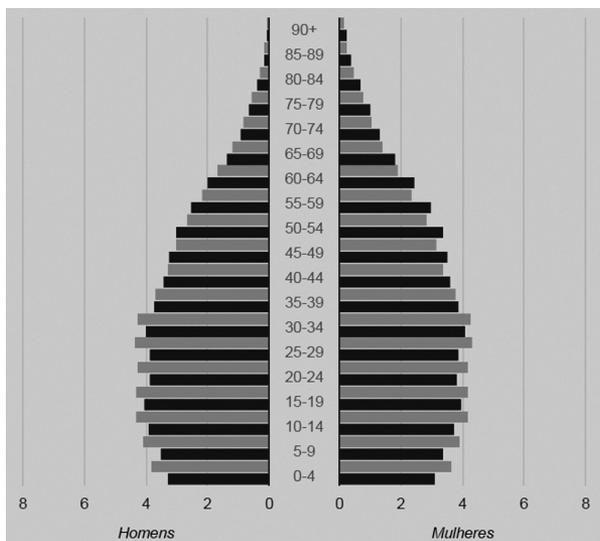
Por fim, cumpre esclarecer que o presente texto parte do tema central da pesquisa intitulada “Idoso, família e desastres: uma discussão na interface da sociologia e gerontologia a partir da análise do caso de Teresópolis/RJ”, desenvolvida pela primeira autora e apoiada pela CAPES - para apresentar alguns dos resultados mais relevantes alcançados - com o contributo da pesquisa “Desastres no Brasil: uma análise sócio-espacial da vulnerabilidade institucional através da evolução da decretação municipal de situação de emergência (SE) e de estado de calamidade pública (ECP)”, desenvolvida pela segunda autora sob os auspícios do CNPq.

Ser idoso no Brasil contemporâneo

Para o ano de 2050, a projeção é de que a população idosa brasileira ultrapasse 22,71% da população total (IBGE, 2012); isto é, quase um quarto do total daqueles que participam do processo de territorialização e dos problemas correlatos, como os desastres.

No Gráfico 1, abaixo, é possível visualizar a estrutura da população no ano de 2013, comparativamente, entre o Brasil e o estado do Rio de Janeiro. Em ambos, devido à transição demográfica, a dinâmica distributiva caminha para uma forma mais retangular – em decorrência de um estreitamento da base e alargamento do topo – com respectiva redução do segmento da população em idade ativa (PIA) e aumento da população idosa. Entretanto, do ponto de vista previdenciário, entre outros, ainda vivemos um período de bônus demográfico, onde há predominância de PIA. Porém, a tendência demográfica é preocupante, pois sinaliza para uma necessidade de maior efetividade das políticas públicas dirigidas aos idosos do que a que temos assistido hodiernamente. Demandas emergentes de saúde, habitação, educação continuada, lazer, transporte e vários aspectos de proteção social voltada especificamente ao público idoso sobressair-se-ão nas próximas décadas.

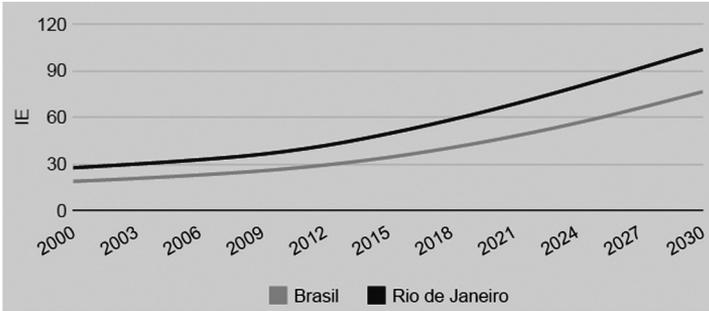
Gráfico 1. Pirâmide etária entre Brasil (em claro) e RJ (em escuro) para o ano de 2013



Fonte: IBGE (2014).

A tendência de crescimento do segmento idoso frente ao infante-juvenil, no caso do Estado do Rio de Janeiro (RJ), pode ser observada no Gráfico 2. Neste, o Índice de Envelhecimento (IE)⁴ comparativo entre Brasil e RJ mostra uma tendência de crescimento no IE estadual acima do IE nacional no período de 2000-2030, acentuando-se a partir do ano 2012.

Gráfico 2. Índice de envelhecimento, Brasil e RJ, entre 2000-2030



Fonte: IBGE (2014).

A literatura em gerontologia tem chamado a atenção para o aumento expressivo do segmento feminino entre a população idosa, repercutindo em um fenômeno conhecido como feminização da velhice. Entretanto, ressalva-se que a feminização não se resume apenas à maior longevidade e ao maior número de mulheres nesse grupo etário. Esse fenômeno engloba ainda fatores como o desempenho de papéis sociais, a desenvoltura do self e a condição socioeconômica desse envelhecimento por recorte de gênero. Acompanha esse fenômeno o prolongamento dos papéis atribuídos na fase adulta, o acréscimo dos novos papéis sociais e fatores intra e inter-específicos atribuídos à velhice (NERI, 2001; BUTLER; LEWIS; SUDERLAND, 1991), pois à mulher tem sido dada, historicamente, a incumbência de existir para os outros. Ela comumente é definida, dentro do contexto cultural onde está inserida, como mãe, avó, filha, esposa, entre outras denominações (CHAUÍ, 1985) de quem se espera o cuidado com o outro; por vezes, em renúncia ao seu próprio bem-estar.

Entretanto, no contexto brasileiro, devido às mudanças ocorridas nos papéis femininos desde os anos de 1970, as quais suscitaram uma maior valorização social da vida independente, uma queda das taxas de fecundidade, entre outros, tem

havido aumentos dos casos de idosos morando sozinhos, incluindo a probabilidade de ficarem em situação socioeconômica desfavorável nessas condições (CAMARANO, 2006; CAMARANO, 2010; KANSO, 2010). Daí, que os formuladores de políticas setoriais – como as de saúde pública e suplementar, de assistência social, de seguridade social e privada, de moradia popular, de profissionalização, de defesa e proteção civil, entre outros – precisam ficar atentos para esse novo grupo em potencial processo de vulnerabilização.

Acsehrad (2006, p.3) denomina como processo de vulnerabilização a exposição contínua aos riscos, de grupos com “mobilidade restrita aos circuitos da vulnerabilidade”, os quais se encontram em situação contínua e histórica de destituição nas relações estabelecidas com o Estado e seus operacionalizadores. E, no que concerne ao idoso, a vivência desse processo fica nítida dentro do contexto brasileiro de injustiças sociais. Conforme suas relações sociais ativas na esfera pública se arrefecem, sua invisibilidade social se torna progressiva e o zelo coletivo por seu bem-estar como que desaparece da pauta de prioridades do ente público.

Embora a realidade concreta seja desafiadora para o referido grupo social, o arcabouço legal que o protege vem avançando e compreende o idoso como um ser social, com direitos a serem garantidos e deveres a serem cumpridos perante a lei e a sociedade.

Conforme o art. 130 da Constituição Federal do país de 1988 (BRASIL, 1988) é dever da família, do Estado e da sociedade a prestação de cuidados aos idosos e a garantia de condições dignas de vida. Tais obrigações são reiteradas no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento no ano de 2002, no Estatuto do Idoso em 2003, na Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa em 2006 e na 1ª, 2ª e 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, respectivamente, ocorridas nos anos de 2006, 2009 e 2011.

O Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, elaborado na II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, ocorrida em Madri (2002), destacou subtemas importantes, tais como: a participação ativa do idoso na sociedade, a necessidade de ativação de uma solidariedade intergeracional, o idoso nas situações de emergência, a promoção da saúde e do bem-estar ao longo da vida, o direito ao acesso universal e equitativo aos serviços de assistência à saúde, à moradia, entre outros. Esses direcionamentos embasaram, posteriormente, a ação de vários países intentando a melhoria na atenção à pessoa idosa.

No cenário nacional, o Estatuto do Idoso, promulgado em 2003 (BRASIL, 2003), trouxe avanços significativos com relação à punibilidade de atos contra a

pessoa idosa. Embora o referido documento assegure direitos a esse grupo social, há críticas na literatura com relação a algumas disposições nele contidas, como a de Neri (2005). Segunda a autora, o texto do Estatuto do Idoso apresenta uma visão estereotipada da velhice, segregacionista, pautada na incapacidade e compreendida como um problema médico-social, quando poderia ter examinado a velhice sob a perspectiva de uma fase do ciclo da vida expressa em um processo heterogêneo e multidimensional de envelhecimento populacional. Deveria dispor, portanto, sobre a igualdade de direitos de todas as faixas etárias, bem como a proteção social aos grupos vulneráveis presentes em todos os grupos etários.

A Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa, publicada em 2006, por sua vez, teve por finalidade dispor sobre a recuperação, a manutenção e a promoção da saúde da pessoa idosa. Embora seja uma política importante com relação à proteção da saúde do idoso, atualmente, há desafios a serem superados para o alcance de suas disposições. Por exemplo, falta suporte direto e indireto às rotinas da vida cotidiana do grupo e qualificação profissional para os que lhes atende; o número de serviços domiciliares é insuficiente; há dificuldades na constituição de equipes interdisciplinares para dar tal atendimento; as redes de atenção ao idoso são precárias, dentre outros (BRASIL, 2006).

A I, II e III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – realizadas em Brasília, respectivamente, nos anos de 2006, 2009 e 2011 – reforçaram a necessidade de cumprimento das disposições legais existentes, a criação de instrumentos para viabilização destas, assim como a criação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. E, para o ano de 2015, é prevista a realização da IV edição da Conferência com o tema “Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades”. Tais Conferências, além de representarem espaços para reflexão sobre as condições para o envelhecimento no país, reforçam a importância da função social do idoso na sociedade.

No Brasil, além de lutar pela efetivação do direito à proteção de sua dignidade, como um ser humano como outro qualquer, o idoso tem o desafio sobresalente de contestar a sua invisibilidade social, fazendo-se reconhecer na função social de lembrar, de conservar a memória social e de aconselhar, isto é, de fazer a ponte entre o que foi e o que está por vir (BOSI, 1994). O modo de produção capitalista - que, nos países emergentes, toma a forma de uma exploração mais brutal da força de trabalho e fomenta relações sociais descartáveis quando não são instrumentais à acumulação - ressignifica o idoso como um dos subtipos de refúgio humano (BAUMAN, 2005). Ou, conforme considera Chauí (1994):

Que é, pois, ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si somente para o outro. E este outro é um opressor (CHAUÍ, 1994, p. XVIII).

A memória que este indivíduo porta permanece coletiva “porque, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 2004, p.30). As lembranças podem se constituir, em seu conjunto, como uma construção social do coletivo com o qual o portador da memória convive (BOSI, 1993). Embora este selecione o que será lembrado, pois a forma de lembrar “[...] é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique” (CHAUÍ, 1994, p. XXX).

No desenvolvimento da memória coletiva, “não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos” onde esta marca um lugar e é marcada por este (HALBWACHS, 2004, p.88). E, é no lugar onde o espaço é vivido, as memórias são construídas, as experiências renovadas (SANTOS, 2001). Como diria Carlos (1999, p.27) “o sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida”.

Contudo, quando ocorre um desastre, sobretudo quando atinge proporções catastróficas, ocorre uma mudança radical na composição do espaço e da vida cotidiana dos que ali habitam o que suscita uma mudança correspondente nas memórias coletivas, no habitus, nas relações da comunidade com o seu lugar de pertencimento.

Perturbações que um desastre suscita na vida de idosos: o caso de Teresópolis/RJ

O desastre ocorrido no município de Teresópolis, com o seu marco no dia 12 de janeiro de 2011, foi reconhecido pelo decreto municipal nº 3.988, de 12 de janeiro de 2011, seguido de portaria ministerial, como uma catástrofe, ocasionando um estado de calamidade pública. Outros municípios da região serrana fluminense passaram simultaneamente pela mesma situação, como Petrópolis e Nova Friburgo. Teresópolis juntamente a Nova Friburgo e Petrópolis somaram 947 mortes, 300 desaparecimentos, cerca de 50.000 desabrigados e 1.000.000 de afetados nesse desastre (DOURADO; ARRAES; SILVA, 2012).

Quando a precipitação pluviométrica intensa cessou e seus efeitos sobre o território se fizeram notar – na forma de enxurradas, enchentes, deslizamentos de massa, dentre outros perigos aos quais estavam expostas diretamente pessoas, moradias, infraestruturas públicas e afins –, muitos lugares se viram reduzidos a um cenário de destruição, o qual imiscuiu a perda de sistemas de objetos indispensáveis ao funcionamento mais essencial tanto da vida familiar quando das rotinas do mundo público e comunitário.

Uma das mais destacadas fragilidades que esse desastre evidenciou foi a da relação do poder público local com as comunidades mais vulnerabilizadas espacialmente, cujos moradores foram relegados no referente às estratégias preparativas para o enfrentamento dos vultosos perigos aos quais estavam expostos, como também no referente à sua reabilitação e plena recuperação. Após as missões de resgate intensas, mas nem sempre plenamente exitosas, ocorridas ao longo da segunda quinzena de janeiro de 2011, as ações priorizadas pela defesa civil e demais órgãos do aparato público, especialmente na assistência social, mostraram-se insuficientes no propósito de reabilitação dos sobreviventes. Desabrigados e desalojados precisaram contar com o auxílio direto de outros aparatos, dentro de outras lógicas organizativas, como a de instituições religiosas e de um voluntariado mobilizado autonomamente. Quanto mais o tempo passa, menor a visibilidade social de seus dramas e a prioridade do poder público em mitigá-las.

Em Teresópolis, desde o primeiro ano deste desastre, os grupos mais intensamente afetados, como os desabrigados, relatavam o seu sentimento de abandono social (VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011), o qual recrudescu conforme o tempo passou, nos meses e nos que se seguiram. Quando os pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres iniciaram as incursões a campo em Teresópolis, desde os primeiros dias do referido desastre (2011), a preocupação com os mínimos vitais fornecidos pela assistência social e pelas doações da sociedade, assim como a demanda por localizar os desaparecidos, se destacava nos relatos dos grupos sociais mais afetados (VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011; VALENCIO, 2012). Nos dois anos seguintes, a disputa de poder na administração pública local – centrada nos temas da corrupção como também nas promessas de alocação de recursos ordinários e extraordinários em obras e moradias – e a relação tensa com outros órgãos públicos (estaduais) envolvidos no processo desapropriatório e indenizatório torna-se uma das pautas principais dos grupos sociais afetados. As

famílias sentiam-se ainda desamparadas e questionavam, com maior nitidez, a correspondência entre a qualidade das relações sociopolíticas e o seu horizonte de recuperação socioeconômica (VARGAS, 2013; VALENCIO, 2014). Vargas enfatizou que, além do desinteresse público e dos desvios de verbas que agravaram o processo de afetação dos cidadãos, as autoridades públicas não tinham claro, e de forma organizada, as ações a serem tomadas. Ao abordar o meio técnico em sua pesquisa, meses após a crise aguda, a autora pontua que

desorganização se expressa claramente na execução das tarefas mais emblemáticas presentes no aparato institucional, ou seja: coordenação de ações e benefícios, definição de critérios, realização de cadastros, coleta de dados, informações. As narrativas dos técnicos trazem: “a coisa se perdeu”; “quem faz o quê?”; “falha na coordenação”, “falta de estabelecimento de critérios”, “coisas desencontradas” que se estendem para além do momento de deflagração do desastre (VARGAS, 2013, p.77).

No presente estudo, o subgrupo de idosos – que aborda as suas circunstâncias pessoais e familiares específicas, mas também vocaliza o sentimento coletivo de indignação presente no discurso comunitário no qual se insere – aponta para uma nova etapa do tensionamento sociopolítico. Nesta etapa, o atual curso do desastre suscita uma revolta contida devido às promessas falhas de candidatos e autoridades, ao uso instrumental que os mesmos fazem do desastre para alavancarem sua ascensão ao poder local e às informações desencontradas providas dos órgãos públicos. Dois relatos são emblemáticos desta fala coletiva dos afetados expressa pelos seguintes relatos:

Aqui a gente tem muito diz que me disse [...] vem aqui cheio de promessas dizendo que vai fazer isso, vai fazer aquilo, mas vem atrás de voto... (Entrevistado ZL23, familiar da idosa DL22, Campo Grande).

Nem ‘pras pessoa’ que passaram por aqui nem ‘pras pessoa’ da cidade, tem nada. [Referente à pergunta sobre a existência de assistência pública aos afetados]. Teresópolis é o pior do Brasil, o pior que tá tendo do Estado do Rio é Teresópolis, de todos os municípios aí. O lugar que vem mais dinheiro, o prefeito vai e ‘roba’ tudo, ‘as autoridade’, o poder público num ‘tá’ nem aí. Parece que tão comendo junto o dinheiro ‘tudo’ (Entrevistado V21, familiar da idosa DL22, Campo Grande).

Concomitantemente, tem havido a violação do direito das pessoas afetadas de serem respeitadas em sua dignidade, de serem reconhecidas enquanto seres de direitos e terem o suporte necessário durante os períodos de crise aguda e de crise crônica que caracterizam um desastre. Reportam a falta de informações oficiais e dificuldades em acessá-las, como no referente:

- à quando receberão as indenizações;
- à quando as novas moradias (para os que perderam a sua no desastre) serão construídas e entregues;
- à quais os critérios e prioridades na distribuição das mesmas;
- ao prazo final em que receberão o auxílio aluguel;
- ao porquê da interrupção do pagamento deste auxílio a alguns moradores;
- à falta de transparência no uso dos recursos públicos recebidos durante a decretação de ECP.

Outro ponto relevante e levantado, que gerava angústia e revolta ao ser proferido nas entrevistas, foi a não divulgação dos números correspondentes aos desaparecidos e mortos no desastre. Os desaparecidos nos bairros do Campo Grande e do Caleme foi um tema que voltou a obter a atenção da mídia no ano de 2014; especificamente, quando houve ações da Associação das Vítimas das Chuvas do Dia 12 de janeiro em Teresópolis (AVIT) na Calçada da Fama, no bairro da Várzea. Dentre as ações, foi apresentada pela AVIT uma lista com os nomes dos desaparecidos, oportunidade na qual os familiares presentes socializavam as dificuldades derivadas disso.

Abaixo, destacamos dois trechos dos registros da imprensa, os quais expressam duas formas integradas de extensão dos danos sociais vividos, a saber: (a) a perda simultânea de muitos membros da comunidade, com os quais os sobreviventes tinham laços e (b) os vínculos de parentesco que caracterizavam parte desses laços. Isso suscita um esvaziamento simultâneo da dinâmica das esferas da vida privada e pública.

Não é difícil encontrar por ali quem ainda não tenha conseguido resolver questões legais por causa da falta de definição sobre o desaparecimento de parentes. “Meu marido não consegue resolver nada, porque os exames de DNA ainda não deram nenhum resultado”, explica Maria Eduarda, que localizou o nome do sogro – Leandro Maurat Ramos – que vivia em Campo Grande e desapareceu na madrugada fatídica de 2011. “Sem a confirmação

do exame de DNA, não conseguimos resolver nada. Não encontramos nenhum vestígio dele”, relata (NET DIÁRIO, 17/06/2014, n.p).

O que transformou mais a minha vida foi mais a tragédia né, porque... eu perdi 20 pessoas da minha família e... ficou marcado né a tragédia de 2011 no meu coração né, eu amava minha família né, aonde estiver eu amo eles do mesmo jeito, mas ficou marcado né. E através da tragédia nós também ‘teve’ muitas perdas no bairro do Campo Grande (O senhor M. A. O., 57 anos, em entrevista ao portal Tere Total, publicado em 07/06/2014).

Há confirmação dos entrevistados a respeito do caso de duas idosas moradoras no bairro Caleme que permanecem desaparecidas e no concernente ao bairro de Campo Grande não há um número consensual sobre o número de desaparecidos. O contexto de desaparecimento ocasiona, aos sobreviventes da família, “a impossibilidade de viver o luto de maneira apropriada, e a permanência de dúvidas e angústias por longo tempo” (VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011, p.29). O luto diz respeito ao modo de reação a uma perda, seja de algo material como um familiar ou uma abstração, como a liberdade ou a idealização de uma pessoa. O ponto central é que, ao se concluir o trabalho do luto, “o ego fica outra vez livre e desinibido” (FREUD, 1917, p.1). No caso de desaparecimento da pessoa com quem se mantém vínculos afetivos e afins, entretanto, a conclusão do trabalho do luto fica em suspenso, tendo implicações diversas no âmbito físico e simbólico. Pois, chorar pela pessoa falecida com a presença do corpo e ritualizar sua morte podem ser formas de compreender a necessidade de significar a vida (PY; TREIN, 2006).

Vale salientar, nesse ponto, a heterogeneidade das formas de expressão do luto, visto as diferenças culturais e individuais das formas de compreensão da morte, da própria finitude e de expressão dos ritos relacionados (PY; TREIN, 2006; ELIAS, 2001). Assim, promover ações de rememoração coletiva daqueles que desapareceram, tal como a que foi deflagrada pela AVIT, representa uma forma de enfrentamento referida não somente ao processo psicossocial de re-elaboração do luto, mas também à relação sociopolítica que segue esgarçada entre as inúmeras famílias e o poder público.

De outra parte, a verbalização da memória relacionada àquela pessoa que faleceu ou desapareceu, e cujos vínculos eram sólidos, é ainda muito dolorosa para os idosos. Nas entrevistas, palavras e silêncios são entremeados e tanto a fala quanto o súbito emudecimento denunciam a ferida emocional ainda aberta.

Idosa DL22 – [...] eu perdi duas neta, dois neto e um bisneto... [silêncio]
(Entrevistada DL22, idosa, Campo Grande).

Idosa J2 – Lá da onde eu morei? Perdi...perdi vinte pessoas.

Entrevistadora – Da família?

Idosa J2 – Não, era da comunidade (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

Idosa J1– A gente fica triste porque perdi muito, muito os meus vizinhos que... Tinha uma vizinha que morava mais embaixo que era uma vizinha que todo dia ela passava na minha casa ‘pra’... nós a vez saía né, nós todo duas viúva né... Então, a gente sempre saía junto ‘prum’ lugar pra outro, ia na igreja, essas coisa. Mais aí acaba que... isso ‘acabô’ [silêncio] (Entrevistada J1, idosa, Campo Grande).

Dentre os casos mais delicados de ser relatado pelos entrevistados, foi o da morte e desaparecimento de crianças no desastre. Ilustrativamente, a perda de netos, sobrinhos, crianças da comunidade e crianças de outras localidades que estavam a passeio no Campo Grande, na madrugada de 12 de janeiro de 2011, foi expressa em frases curtas sobre o ocorrido, proferidas em meio a períodos de silêncio, os quais foram respeitados durante as entrevistas. Em compreensão e solidariedade à circunstância de sofrimento do informante, relacionado à memória sobre essas perdas, optou-se por não se fazer novas indagações sobre esse subtema. Alguns membros e ex-membros da comunidade do Campo Grande mencionam a perda, no referido desastre, de cerca de 80 crianças; outros mencionam 40, não se sabe ao certo.

O fato é que, desde então, a transformação espacial havida no referido bairro – com a avalanche de lama que solapou vidas humanas e de animais, infraestruturas públicas e moradias, seguido de práticas técnicas de expulsão dos moradores sobreviventes (por meio da impossibilidade de ficar, devido à interdição do imóvel, à derrubada da casa por tratores, aos processos indenizatórios de valor questionável que os residentes se viram pressionados a aceitar, bem como as novas obras de engenharia voltadas para a construção de uma barragem) – resulta na descaracterização progressiva do cenário que envolveu as histórias individuais, de família e comunitárias. Seus fragmentos materiais estão sendo definitivamente destruídos pelas máquinas ao mesmo tempo em

que os sobreviventes foram dispersados para outros espaços, suscitando a construção social de um esquecimento de que ali, um dia, existiu o bairro do Campo Grande. Como disseram alguns entrevistados, “o Campo Grande acabou!”. Contudo, o esforço público para que a memória social sobre o bairro se dilua tem como contraponto os nexos de sentido dos ex-moradores com o lugar.

Para os idosos entrevistados ser afetado é, essencialmente, ter a sua moradia total ou parcialmente danificada. Ou seja, a concepção de afetado centra-se na casa embora, ao longo das entrevistas, os outros tipos de perdas e afetações sejam mencionadas e, não raro, atreladas a casa, como as circunstâncias de morte ou desaparecimento de familiares. Mas, quando a casa é destruída/interditada e a pessoa vê-se sem alternativas de habitar outra moradia, quais significados e implicações isto tem para o idoso? Para aqueles que dela saíram, com a promessa pública da moradia no conjunto habitacional, o que amorteceu circunstancialmente o fato de terem as suas casas de origem demolidas, fica o sentimento de arrependimento e de terem sido enganados, visto que as soluções habitacionais apresentadas não ocorreram até o presente momento e as informações fiáveis sobre as providências não serem divulgadas pelo poder público. A confiança dos entrevistados no poder público está solapada, como ilustrado nos relatos abaixo:

Eles podem falar alguma coisa, mas eu prefiro que eles dessem um jeito porque... a gente... porque a minha casa num tinha como eles ‘tirá’ assim, num podia ter deixado a minha casa, mas faz aquele ‘prometimento’ e num faz nada (Entrevistada J1, idosa, Campo Grande).

Privilégio aqui é... privilégio é pras pessoas que tão mais bem situadas financeiramente bem, é que eles dão mais assistência. Os que mais necessita se dana mais ainda. O governo do Estado do Rio, o prefeito aqui são cam... são a pior desgraça que tem (Entrevistado V21, familiar, Campo Grande).

E, ao perguntar aos idosos sobre como foi ter sua casa demolida após a condenação técnica do imóvel, sentimentos de tristeza são evidentes nas entrevistas. Uma das idosas coloca a mão no peito ao rememorar esse episódio:

Nossa mãe, te contar... eu não estava aqui não, mas quando eles disseram assim ‘Hoje está derrubando sua casa’, eu falei ‘Ai Jesus’... mas... a gente sente porque a gente suou muito pra fazer uma casa, não é fácil não. Mas

eu tinha minha casa direitinho, com muito sacrifício, mas a gente tinha (Entrevistada J1, idosa, Campo Grande).

Essa expressão gestual, a mão no peito, nos lembra da analogia posta por Bachelard (1988) em referência a Michelet (1858), no qual a casa é semelhante a um ninho. O pássaro, ao moldar seu ninho, o faz com a pressão do próprio peito sobre os galhos, muitas vezes se ferindo para que este fique adequado para receber seus filhotes. Assim, o interior do ninho é que dita sua forma, como a casa que seria “a própria pessoa, sua forma e seu esforço mais imediato; eu diria, seu sofrimento” (MICHELET, 1858 *apud* BACHELARD, 1988, p.113).

Sob essa perspectiva, a destruição arbitrária da casa e o discurso técnico de remoção da família de ‘seu ninho’ se concretizariam como uma relação de desumanização radical (VALENCIO, 2010), pois a moradia possui significados práticos, simbólicos e intersubjetivos, em especial, quando esta é antropomorfizada (VALENCIO, 2012). Segundo a autora, esse é um dos motivos pelos quais ir ritualmente ao encontro dos escombros da casa, no bairro já descaracterizado como tal, é parte de um processo de encontro consigo mesmo:

O grupo familiar, ou o que dele restou, vai ao encontro da casa como que projetando seus déficits de cidadania nesse repositório externo da sua memória. É preciso não apenas estar ali novamente, prestar homenagens e gratidão a esse abrigo de todas as horas, padecer com a casa, chorar os mortos que ela não foi capaz de proteger a contento (embora tentasse), mas estar com ela, encontro que nutre cada qual na sua subjetividade, em busca de pedaços de si mesmo no espaço (Id., 2012, p.161).

Uma cena que chamou a atenção no bairro do Campo Grande, no aniversário de dois anos deste o início do desastre (janeiro de 2013) foi a da idosa J1 visitando o terreno onde era sua casa e colhendo uma planta, plantada por ela, para levar a sua moradia temporária. Em sua fala, a idosa apontava para o chão dizendo:

[...] eu morava aqui amor, aqui, aqui...(Entrevistada J1, idosa, Campo Grande).

O que nos remete à Bosi (2003, p. 26) quando reflete que estar com a casa e com os objetos é, de certa forma, reviver, pois “cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador. [...] Só o objeto biográfico

é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade”. Esse excerto dialoga com Bachelard (1988, p.70): “[...] as casas para sempre perdidas vivem em nós! Em nós elas insistem em reviver [...]”, o que se deve à memória que o morador conserva e por meio da qual o mesmo restitui nexos de uma história que mudou de rumo – súbita, involuntariamente e para pior – e que precisa embasar o esforço psíquico e social para lidar com os enfrentamentos da vida prática. Adicionalmente, Marandola (2014) enfatiza que a questão do habitar é, intrinsecamente, uma questão de segurança ontológica; isto é, não apenas ter um teto qualquer que seja, mas a própria ação essencial de ser-e-estar-no-mundo e de ‘fortaleza’ do indivíduo sobre múltiplas dimensões (psíquica, simbólica, física, social).

Em síntese, a relação sociopolítica que produz esquecimentos, centralmente em torno da política de reparação aos grupos sociais afetados, representa uma violação aos direitos humanos. E, dentre as formas de violação, soma-se a de falta, desencontro e fiabilidade da informação à população afetada.

No art.19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é mencionado que toda pessoa tem direito a “procurar, receber e transmitir informações”. No âmbito legal nacional, viola o disposto no art.5º, inciso XXXIII da CF/88, regulamentado pela Lei nº 12.527, de 2011, que afirma:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (art.5º, inciso XXXIII, CF/88).

Conforme regulamenta a Lei nº 12.527, de 8 de novembro de 2011, no art.3º, inciso II, cabe à administração pública a “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações”. No art. 6º da referida lei, dispõem-se ser de responsabilidade dos órgãos e entidades do poder público “a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação” (no inciso I) e a “proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade” (no inciso II).

De modo geral, ao longo desses quase quatro anos (de janeiro de 2011 a dezembro de 2014), tem havido um nítido contraste, e mesmo um entrechoque, entre os discursos provenientes de diferentes sujeitos mais ativos na produção de interpretações sobre o referido desastre. Dentre estes, destacamos as autoridades públicas, a imprensa e os idosos afetados; isto é, aqueles que produzem uma

fala institucional sobre os acontecimentos e, assim, orientam as práticas técnicas a serem exercitadas na localidade; os que geram e difundem uma interpretação própria dos acontecimentos a fim de voltá-la para um público externo e, por fim, os que vivenciam tais acontecimentos em todos os seus matizes dramáticos. Enquanto o discurso oficial, contido nos documentos emitidos pelos três níveis de governo (municipal, estadual e federal), enfatiza a contabilização de danos materiais (privilegiadamente, na descrição de obras civis) – no intuito de direcionar esse foco para as medidas recuperativas governamentais prioritárias, aliado à prática técnica de cartografização do risco visando justificar o deslocamento compulsório de moradores do território qualificado como suscetível –, a imprensa divulga alguns dados oficiais, porém, enfatiza o desvio havido nas verbas públicas vultosas liberadas, a demora na entrega das moradias aos que tem direito à mesma em razão do desastre, dentre outros. No entanto, nos relatos dos idosos e suas famílias, tais aspectos não estão desencadeados, pois os mesmos estão fundidos num cotidiano de intensa violência e precariedade, o que lhes causa significativo sofrimento social. Por exemplo: a perda da casa (por destruição ou danificação) foi seguida pela interdição do imóvel e impossibilidade de ali reestruturar a moradia; pelo pagamento irregular do auxílio aluguel; pela falta de horizonte ou garantia de recebimento de uma nova moradia; pela dificuldade financeira para lidar com novas exigências de moradia, de saúde, de obtenção de renda e de socialização no lugar provisório no qual habita e assim por diante.

Distando da visão centrada no humano, o meio técnico governamental preocupou-se demasiadamente no cumprimento de burocracias, contabilizações e outras medidas focadas em soluções geotécnicas e de engenharia, envolvendo grande volume de recursos financeiros. Olvidou o foco direto na dimensão humano do problema, isto é, de prestar a devida atenção biopsicossocial ao público dos grupos afetados em geral e ao público idoso, em particular, como o preconizado no EI/2003. Essa negligência pública do meio técnico e político, associada a intervenções radicais na base territorial que servem mais para expulsar do que para ampliar a segurança dos moradores, ainda que executada em nome ‘do social’, finca-se na memória dos grupos mais fragilizados como um aspecto indelével de seu abandono o que, em última instância, sinaliza para uma insistente negação da legitimidade de sua participação nas decisões públicas que lhe diziam respeito.

Conforme a Política Nacional de Redução de Acidentes e Violência do Ministério da Saúde (2001), descrita por Minayo (2005, p.15), abandono e negligências são formas de violência, conforme abaixo:

Abandono: É uma forma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessite de proteção.

Negligência: Refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários aos idosos, por parte dos responsáveis familiares ou institucionais. A negligência é uma das formas de violência contra os idosos mais presentes no país. Ela se manifesta frequentemente, associadas a outros abusos que geram lesões e traumas físicos, emocionais e sociais, em particular, para as que se encontram em situação de múltipla dependência ou incapacidade (BRASIL, 2001 *apud* MINAYO, 2005, p.15).

A referida política inovou ao considerar responsável, também, a instituição pública pela negligência e abandono da pessoa idosa.

Outro aspecto de enfrentamento da dimensão objetiva dos desafios sociais relacionados aos desastres e no exercício simbólico que os afetados produzem sobre os acontecimentos nos quais estiveram inseridos, é a relação com o transcendental. No caso dos idosos entrevistados, o enfrentamento das perdas se traduz, de maneira geral, por meio de práticas de religiosidade e espiritualidade, que resultam em conforto espiritual e equilíbrio emocional para dar continuidade e suportar os desafios da vida. Quando perguntado como eles enfrentaram os problemas de um cotidiano perturbado pelo desastre, alguns declaravam de imediato – como um preâmbulo simbólico relevante – que eram cristãos. Em seguida, em especial os homens, como no caso dos entrevistados PC11, SS6, SJ5 e SP15, apontavam que devido a essa religiosidade, não usaram drogas, não beberam ou fumaram depois do ano de 2011 e, nesse sentido, se sentiam vitoriosos.

Conclusões

A compreensão de um desastre sob a ótica da pessoa idosa favorece que dimensões sociais de fragilização, até então, escamoteadas pelo discurso oficial, venham à tona. Nesse estudo, intentou-se evidenciar alguns aspectos de dimensões materiais, simbólicas e interpessoais de afetação humana envolvidos, o que, por um lado, denota a multidimensionalidade dos desafios com os quais idosos tem que, simultaneamente, lidar e, em termos transversais, revela um processo preocupante de abandono social do referido grupo por parte do Estado.

Por abandono social entende-se o descomprometimento do poder público com o destino do grupo social que, no contexto de desastre, reivindica proteção na garantia de seus direitos mínimos vitais e sociais. Dito de outro modo, o abandono é uma violação de direitos humanos e uma afronta do Estado ao estipulado nos marcos legais nacionais e multilaterais com os quais está discursivamente comprometido.

Na forçosa precariedade que suscitou na vida cotidiana de idosos, o desastre mantém-se aceso, presente. Mantém-se como elemento ativo, demarcando alterações profundas e contínuas na deterioração de sua trajetória, de seus vínculos, das bases materiais das quais depende. Esse tempo social, de quem vive imerso nesta crise, tanto diverge do tempo social da mídia – que captura episódios emblemáticos mais do que os processos rotineiros associados à vulnerabilização deste subgrupo – quanto do tempo social do Estado, voltado para um approach quantitavista que orienta a valorização de limitadas práticas técnicas de inserção de certos objetos técnicos no território. As alterações que esse fazer público vem provocando na configuração territorial dos dois bairros analisados ainda não correspondem aos principais anseios de seus velhos moradores. Em especial, no bairro do Campo Grande, são intervenções espaciais que violam a memória sobre o drama – ao mesmo tempo, individual, familiar e comunitário – e que humilham os que de lá, tendo sobrevivido, foram expulsos esperando pela solução habitacional que tarda.

Deparamo-nos com diferentes estratégias individuais, interpessoais e coletivas adotadas tanto no âmbito objetivo quanto simbólico. As mesmas passam por modos de socialização que preservam a memória coletiva, valorizam a ritualização e a transcendentalidade e, por fim, dependem do apoio familiar e comunitário. Contudo, tais estratégias desenrolam-se cada vez mais distantes do suporte formal.

O funcionamento de serviços públicos integrados ou articulados – tais como de saúde, de defesa civil, de moradia e de assistência social –, que partam do entendimento do problema do desastre desde a ótica do idoso afetado é o que eventualmente poderá auxiliar na forma mais humanizada de atendimento deste subgrupo. Mas, a concretização dessa possibilidade implicaria o Estado assumir uma nova visão em torno do caráter processual e social do desastre, o que, na realidade concreta teresopolitana, é tão utópico quanto necessário.

Referências

- ACSELRAD, H. *Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações*. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. FIBGE, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/11342.pdf>>. Acesso em: 10 Ago. 2013.
- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. Tradução Antônio de Padua Danesi; revisão da tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. 1925. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BIROU, A. *Dicionário das ciências sociais*. 5. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1966. p. 371.
- BOSI, E. *A pesquisa em memória social*. Psicologia USP, S. Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 277-286, 1993.
- _____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. 484 p.
- _____. *O tempo vivo da memória*. Ensaios de Psicologia Social. 2. ed., São Paulo, Ateliê Editorial, 2003
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989. 311 p. (Coleção Memória e Sociedade).
- BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 13 Jun. 2014
- _____. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 20 out. 2012.
- _____. *Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012*. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em: 11 jul. 2013.
- _____. Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. 1. ed., 2ª reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa*. 2006. Disponível em: <<http://www.saudeidoso.iciet.fiocruz.br/pdf/PoliticaNacionaldeSaudeadaPessoaIdosa.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

_____. *Secretaria de direitos humanos da presidência da república - SDH/PR*. Com o tema Protagonismo e Empoderamento, Conferência Nacional do Idoso será em 2015. 2014. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2014/abril/conferencia-nacional-do-idoso-sera-em-2015-com-o-tema-com-o-tema-protagonismo-e-empoderamento>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

BUTLER, R.; LEWIS, M.; SUNDERLAND, T. *Aging and Mental Health: positive psychosocial and biomedical approaches*. New York: Macmillan, 1991.

CAMARANO, A. A. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. In: FREITAS, E.V. et al. (Eds.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p. 88-105.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. *Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras?* a visão mostrada pelas PNADs. In: CAMARANO, A.A. (Org.). *Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: Ipea, 2010. p. 93-122.

CARLOS, A.F.A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007, 85 p.

CHAUÍ, M. *Os trabalhos da memória*. In: BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p. 17-33.

_____. *Participando do debate sobre mulher e violência*. In: FRANCHETTO, B. et al. (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n. 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985. p. 25-62.

DOURADO, F.; ARRAES, T. C.; SILVA, M. F. *O Megadesastre da Região Serrana do Rio de Janeiro – as Causas do Evento, os Mecanismos dos Movimentos de Massa e a Distribuição Espacial dos Investimentos de Reconstrução no Pós-Desastre*. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, v. 35, n. 2, p. 43-54, 2012.

ELIAS, N. (1982). *A solidão dos moribundos – seguido de “Envelhecer e morrer”*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FREUD, S. (1917). *Luto e melancolia*. Editora Cosac Naify, 2013. 144 p.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004. 222 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2010*. 2010. Disponível em: <censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mai 2013.

_____. *Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 25 mai 2013.

_____. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

MARANDOLA Jr., E. “*A escolha de Sofia*” ou o Dilema da Segurança Humana nos Desastres: qual agenda brasileira? In: VALENCIO, N. F. L. S.; SIENA, M. (Org.). *Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, v. 4, 2014. p. 91-108.

MINAYO, M. C. S. *Violência contra Idosos: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2. ed., 2005.

NERI, A. L. *Envelhecimento e Qualidade de Vida na mulher*. In: Anais... 2º Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. *As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso*. A Terceira Idade (SESC), v. 16, n. 34, p. 7-24, out. 2005.

NET DIÁRIO. *Avit monta escritório na rua para facilitar atendimento*. Reportagem de André Oliveira. Publicado em 17/06/2014. Disponível em: <<http://netdiario.com.br/avit-monta-escritorio-na-rua/>>. Acesso em: 08 out. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Plano de ação internacional sobre o envelhecimento, 2002*. Tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003, p. 86. (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).

_____. *Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral*. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 01 mai 2013.

PY, L.; TREIN, F. *Finitude e infinitude: dimensões do tempo na experiência do envelhecimento*. In: FREITAS, E.V. et al. (Eds.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p. 1353-1360.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. *Decreto municipal nº 3.988, de 12 de janeiro de 2011*. Decreta Estado de Calamidade Pública. Disponível em: <www.teresopolis.rj.web.br.com/diariooficial/arquivos/01-02-2011_3.doc>. Acesso em: 15 mar. 2014.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TERÊ TOTAL. *Copa do Mundo 2014*. AVIT solidariedade na Posse em Teresópolis Terê Total. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PjOilfUeTic>>. Acesso em: 03 out. 2014.

VALENCIO, N. F. L. S. *Desastre como prática sociopolítica de solapamento da segurança humana*. In: CARMO, R.; VALENCIO, N. (Orgs.). *Segurança Humana no contexto dos desastres*. São Carlos, Rima Editora, 2014, p. 15-44.

_____. *O desastre como lócus da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro*. In: _____. (Org.). *Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, v. 2, 2010. 248 p.

_____. *Para Além do 'Dia do Desastre'*. Curitiba: Editora Appris, 2012. 250 p.

VALENCIO, N. F. L. S.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. 160 p.

VARGAS, M.A.R. *Da "chuva atípica" à "falta de todo mundo": a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ*. 2013. 309 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

Notas

- 1 Apoio: CAPES e CNPq.
- 2 Aline Silveira Viana – Gerontóloga. Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC/USP). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Bolsista CAPES. E-mail: aline_geronto@hotmail.com
- 3 Norma Valencio – Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar) e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC/USP), onde leciona e orienta (Mestrado e Doutorado) na subárea de Sociologia dos Desastres. Bolsista Produtividade do CNPq. E-mail: normaf@terra.com.br

- 4 Índice de Envelhecimento (IE): Razão entre o número de pessoas de 65 anos ou mais de idade em relação ao número de pessoas de menos de 15 anos de idade. Ver mais definições em: IBGE. Conceitos e definições - pesquisas sociais. Séries Estatísticas & Séries Históricas, s/d. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes_sociais.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2014.

Artigo recebido em fevereiro de 2015 e aprovado para publicação em março de 2015.

